



Coleção  
Eduardo Espínola

**Artur Orlando Lins**

# **A PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO**

**Fundamentos, concretização  
e limites dogmáticos**

---

**2019**

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA**

Nº

DATA

1122504

05/12/19

**EDITORIA**  
**JusPODIVM**[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti**Diagramação:** Isabella Giordano ([giordano.bella@gmail.com](mailto:giordano.bella@gmail.com))**ISBN:** 978-85-442-2536-3

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. A NORMA DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO NA DICO- TOMIA ENTRE PRINCÍPIOS E REGRAS.....</b>	<b>21</b>
1.1 O neoprocessualismo e o reconhecimento da força normativa dos prin- cípios.....	21
1.2 A adoção da teoria tripartite de Humberto Ávila como referencial teórico para a delimitação conceitual das espécies normativas.....	27
1.2.1 Uma abordagem heurística da distinção entre as espécies nor- mativas.....	28
1.2.2 O dilema da dissociação entre princípios e regras.....	30
1.2.3 O conteúdo eficaz dos princípios.....	34
1.3 A <i>primazia da resolução de mérito</i> como norma fundamental no direito processual civil brasileiro.....	36
1.3.1 A sua pretensão de complementariedade e o seu amplo con- teúdo eficaz.....	40
1.3.2 A solução de mérito da postulação como o estado ideal de coisas perseguido pelo princípio da primazia do julgamento de mérito.....	43
<b>2. O MODELO PROCESSUAL COOPERATIVO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO.....</b>	<b>51</b>
2.1. O modelo cooperativo de processo como “palco adequado” para a aplicabilidade do princípio da <i>primazia da resolução do mérito</i> .....	51
2.2 A necessária imbricação entre os princípios do contraditório, da coope- ração e da <i>primazia da resolução do mérito</i> .....	56
2.2.1 Generalidades.....	56
2.2.2 O princípio do contraditório.....	56
2.2.3 O princípio da cooperação.....	61
2.2.4 Deveres da cooperação.....	66
2.2.4.1 Dever de esclarecimento.....	66
2.2.4.2 Dever de prevenção.....	69
2.2.4.3 Dever de consulta.....	72
2.2.4.4 Dever de auxílio.....	75
2.3 O dever de prevenção como instrumento viabilizador para a concreti- zação do princípio da <i>primazia do julgamento de mérito</i> .....	76
2.4 O princípio da <i>primazia do julgamento de mérito</i> e sua íntima relação com os princípios correlatos.....	78
2.4.1 Generalidades.....	78

2.4.2	O princípio da <i>primazia da resolução de mérito</i> como conquista incorporada ao sobreprincípio do devido processo legal.....	79
2.4.3	O princípio da <i>primazia da resolução de mérito</i> e o princípio da duração razoável do processo.....	81
2.4.4	O princípio da <i>primazia da resolução de mérito</i> e o princípio da efetividade processual.....	87
2.4.5	O princípio da <i>primazia da resolução de mérito</i> e o princípio da eficiência processual.....	92
2.5	O princípio da boa-fé processual como fundamento e limite para a <i>primazia do julgamento do mérito</i> .....	95
2.5.1	Generalidades.....	95
2.5.2	Boa-fé objetiva <i>versus</i> boa-fé subjetiva.....	101
2.5.3	Cláusula geral da boa-fé processual dirigida a todos os participantes do processo.....	105
2.5.4	Função interpretativa do princípio da boa-fé processual.....	108
2.5.5	Medidas concretizadoras do princípio da boa-fé processual.....	113
2.5.5.1	Generalidades.....	113
2.5.5.2	A proibição do venire contra factum proprium.....	116
2.5.5.3	A supressio e a surrectio.....	121
2.5.6	Segurança jurídica e a proteção da confiança legítima.....	124
<b>3.</b>	<b>O APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE INVALIDADES E O REFORÇO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS NO CPC.....</b>	<b>129</b>
3.1	Generalidades.....	129
3.2	A influência do modelo processual cooperativo no regime de invalidades processuais do CPC e a importância da teoria comunicativa das invalidades.....	131
3.3	O trato das invalidades processuais no atual CPC.....	134
3.3.1	O plano da validade como campo de incidência das invalidades processuais e a presunção de validade <i>prima facie</i> do ato processual.....	134
3.3.2	O pronunciamento judicial como condição necessária para a configuração das invalidades processuais.....	139
3.3.3	O atual CPC previu um princípio da “sanabilidade” das invalidades processuais?.....	141
3.4	A potencialização da instrumentalidade das formas no atual CPC.....	145
3.4.1	Generalidades.....	145
3.4.2	A tipicidade mitigada das formas como o modelo de validade dos atos processuais adotado no CPC.....	147
3.4.3	Os princípios da instrumentalidade das formas e do aproveitamento dos atos processuais como normas abrangidas e derivadas do princípio da <i>primazia do julgamento de mérito</i> .....	149

3.4.4	A preclusão como elemento limitador da decretação das invalidades processuais.....	154
3.4.5	A causalidade como elemento limitador das invalidades processuais .....	158
3.4.6	O prejuízo como elemento essencial do suporte fático composto da invalidade e as regras dos arts. 282, §§1º e 2º, 283, parágrafo único, e 488 do CPC, como normas correlatas e concretizadoras da <i>primazia do julgamento de mérito</i> .....	160
<b>4.</b>	<b>O CONCEITO DE MÉRITO E A NECESSIDADE DE SUA DELIMITAÇÃO PARA A ANÁLISE JUDICIAL .....</b>	<b>169</b>
4.1	Da dicotomia entre a admissibilidade e o mérito das postulações.....	169
4.2	Da dificuldade em estabelecer o alcance e o exato sentido do termo “mérito” .....	176
4.2.1	A polissemia do termo “mérito” .....	179
4.2.2	O mérito da demanda e o mérito do recurso .....	181
4.2.3	O mérito da postulação decorrente da conjugação da causa de pedir e do pedido .....	183
4.3	O “mérito” na execução .....	189
4.4	A impossibilidade jurídica do pedido como questão de mérito no CPC .....	193
<b>5.</b>	<b>A CONCRETIZAÇÃO E OS LIMITES DOGMÁTICOS DO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO NO CPC .....</b>	<b>197</b>
5.1	As regras concretizadoras do <i>princípio da primazia do julgamento de mérito</i> na parte geral do CPC .....	197
5.1.1	A regra da <i>translatio iudicii</i> .....	197
5.1.2	As regras gerais dos arts. 139, IX e 317 do CPC, como medidas de suprimento de pressupostos processuais e de saneamento de outros vícios processuais em prol da decisão de mérito.....	200
5.1.3	A manifesta tempestividade do ato processual “premature” ....	202
5.2	As regras concretizadoras do princípio da <i>primazia do julgamento de mérito</i> na parte especial do CPC (fase de conhecimento).....	204
5.2.1	As regras do art. 319, §§ 1º, 2º e 3º, do CPC e a impossibilidade de indeferimento liminar da petição inicial, com fulcro em sua inépcia, quando houver dificuldade na efetivação da citação do réu .....	207
5.2.2	As regras dos arts. 338 e 339 do CPC e o dever típico imputado ao réu de correção da ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> .....	208
5.2.3	A regra geral do art. 352 do CPC e o saneamento das irregularidades e dos vícios sanáveis.....	211
5.2.4	A regra do art. 486, §1º, do CPC como impeditiva ao ajuizamento reiterado de novas ações com vícios semelhantes aos presentes nas ações extintas sem resolução do mérito .....	212

5.3	As regras concretizadoras do princípio da <i>primazia do julgamento de mérito</i> na parte especial do CPC (fase recursal) .....	213
5.3.1	Generalidades .....	213
5.3.2	A regra geral da sanabilidade do art. 932, parágrafo único, do CPC.....	218
5.3.3	A regra complementar do art. 932, III, do CPC .....	223
5.3.4	O fato e o direito supervenientes e a regra do art. 933 do CPC .....	227
5.3.5	As regras do art. 938, §§1º, 2º e 4º, do CPC como dever geral de correção de defeitos processuais sanáveis no âmbito do tribunal.....	229
5.3.6	O vício “insanável” da intempestividade recursal como limite dogmático à <i>primazia do julgamento de mérito</i> (a regra do 1.003, §6º, do CPC).....	231
5.3.7	O preparo recursal e as regras do art. 1.007, §§ 2º, 4º, 5º, 6º e 7º, do CPC em prol da <i>primazia do julgamento de mérito</i> .....	237
5.3.8	O julgamento de mérito diretamente pelo tribunal e as regras dispostas no art. 1.013, §§3º e 4º, do CPC em prol da <i>primazia do julgamento de mérito</i> .....	242
5.3.9	A regra do art. 1.024, §3º do CPC e a fungibilidade dos embargos de declaração recebidos como agravo interno .....	245
5.3.10	A regra do 1.025 do CPC e o prequestionamento ficto .....	248
5.3.11	A regra do 1.029, §3º, do CPC e a desconsideração ou a correção de vício formal “não grave” em favor do exame de mérito dos recursos excepcionais .....	253
	5.3.11.1 A ausência de prequestionamento como vício insanável. ....	257
	5.3.11.2 A inexistência de repercussão geral como vício insanável .....	258
5.3.12	As regras dos arts. 1.032 e 1.033 do CPC e a fungibilidade de mão dupla entre os recursos especial e extraordinário em prol do exame de mérito dos recursos excepcionais.....	259
5.4	Os limites dogmáticos à aplicabilidade do princípio da <i>primazia do julgamento de mérito</i> no sistema recursal.....	264
5.4.1	Generalidades .....	264
5.4.2	Cabimento recursal .....	267
5.4.3	Interesse recursal.....	272
5.4.4	Legitimidade recursal.....	274
5.4.5	Inexistência de fato impeditivo e extintivo do poder de recorrer. ....	276
5.4.6	Regularidade formal recursal.....	278
5.4.7	Tempestividade e preparo recursais .....	284

<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>285</b>
------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>289</b>
-------------------------	------------